

PCCS da Conab volta para discussão

Depois de 18 anos no esquecimento, o Plano de Cargo, Carreira e Salários (PCCS) dos servidores da Conab volta à tona em todo o Brasil. A diretora da Asnab Nacional, Jô Queiroz, a convite do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), esteve em Cuiabá, na sexta-feira (30 de janeiro), quando consolidaram a parceria entre Sindsep-MT, Asnab, Condsef e CUT.

(Página 04)



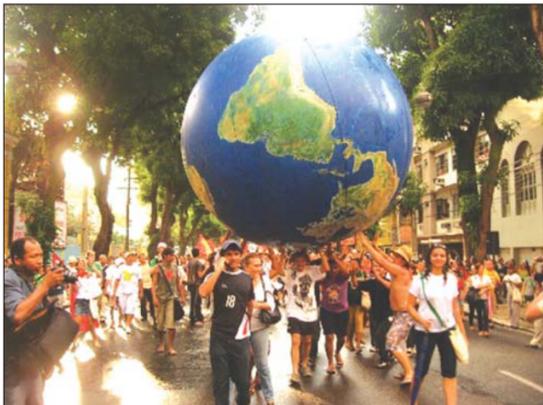
Encontro da Asnab no Sindsep-MT

MP 431/08: Novas tabela

De acordo com a SRH/MPlanejamento, a segunda alteração de tabelas remuneratórias da MP 431/08, convertida na Lei 11.784/08, já está implantada nos contracheques de janeiro para os servidores que integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE).

(Página 03)

Servidores federais marcam presença no FSM



Em meio às discussões da crise econômica de 2009, o Fórum Social Mundial pontuou críticas as demissões e aos cortes na máquina pública que poderiam atingir o PCCS dos trabalhadores federais. Para o diretor da Condsef, Sérgio Ronaldo, a caminhada debaixo de chuva que aconteceu no primeiro dia e o debate sobre o futuro dos trabalhadores da União foram alguns momentos marcantes.

(Página 04)

Servidor, fique atento aos empréstimos!

(Página 02)

2009: Cedidos e descentralizados da Funasa estão na luta do sindicato

(Página 02)

**Demonstração do Resultado
SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT
Período: 12/2008**

**Demonstração do Resultado ANUAL
SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT
Período: 01/2008 a 12/2008**

(Página 03)

Fique ligado! Agenda do filiado do



12/02 – QUINTA-FEIRA

14h: Primeira reunião da diretoria do Sindsep-MT em 2009

**SEXTA, SÁBADO E DOMINGO
(13,14 e 15)**

Curso de Oratória e Planejamento Estratégico
Número de vagas: 80
Local: Auditório do Sintep
Horário: 8h às 12h e 14h às 18h

Palestrantes:

- Helder Molina, historiador, educador sindical, professor da UERJ, assessor de formação da CUT/RJ
- Júlio César Viana, presidente da CUT-MT
- Sérgio Ronaldo, diretor da Condsef

Contamos com sua presença!

A diretoria



Helder Molina (CUT) e Carlos Alberto (Sindsep-MT)

Servidor, fique atento aos empréstimos!

O departamento jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) tem recebido inúmeras reclamações sobre os empréstimos consignados e alerta os trabalhadores para exigirem o contrato, comprovando o valor a ser recebido e a quantidade de parcelas a serem descontadas. Têm acontecido reiteradas vezes descontos em duplicidade e

o pagamento estendido das parcelas, gerando danos materiais aos servidores públicos.

Todo tipo de empréstimo precisa de cuidados para não cair em armadilhas.

As parcelas abatidas direto da folha de pagamento, sendo que as parcelas não podem comprometer mais do 20% do valor do pagamento ou salário, no caso de aposentados e pensionistas do INSS, demais



caso o desconto atinge até 30% do salário.

Para evitar surpresas desagradáveis e problemas,

como após quitar a dívida, continuar tendo os descontos no seu holerite, é importante seguir algumas dicas:

- Pesquisar nos meios informativos para saber quais bancos oferecem as melhores taxas e condições;
- Faça as contas para ver o impacto que o valor das parcelas irá causar no seu orçamento;
- Não passe ou evite passar informações sobre seus documentos por telefone;
- Nunca entregue seu

cartão de banco, do beneficiário ou qualquer documento para desconhecidos ou terceiros, verifique sempre quem são.

Quando procurar uma instituição financeira para obter o empréstimo consignado, saiba que não é necessário você adquirir qualquer produto ou serviço junto ao crédito, prática chamada de venda casada, cuide dos seus direitos, essa prática é proibida pelo Código de Defesa do Consumidor.

2009: Cedidos e descentralizados da Funasa estão na luta do sindicato

O Sindsep-MT junto da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) cobra uma reunião com representantes da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) e Ministério da Saúde. O objetivo é trazer de volta para os quadros da Funasa cerca de 33 mil servidores em todo o Brasil que estão descentralizados e cedidos a estados e municípios.

A Condsef busca informações junto ao governo sobre a situação atual desses servidores, onde estão e a quem estão servindo.



A entidade quer o retorno imediato desses trabalhadores, pois a situação pode se complicar caso o Congresso Nacional vote o Projeto de Lei 3.958. Enviado ao Congresso pelo ministro José Gomes Temporão, o projeto propõe a criação de seis no-

vas secretarias no Ministério da Saúde. Desde então, a Condsef, com apoio do Sindsep-MT, vem combatendo a aprovação do projeto. A entidade realiza trabalho parlamentar para obter apoio para derrubada da proposta, considerando mais uma tentativa de proporcionar a extinção da Funasa. Com a aprovação do PL 3.958 estão previstos ainda 118 novos cargos de Direção

e Assessoramento Superior (DAS). O objetivo é substituir as ações hoje desenvolvidas pela Funasa com saúde do índio.

No dia 27 de novembro do ano passado, o diretor do Departamento de Administração da Funasa, Williames Pimental chegou a publicar um memorando circular (n° 45) suspendendo a redistribuição e cessão de servidores do quadro da Funasa. O memorando pede ainda o retorno dos cedidos para outros órgãos da esfera federal. A cobrança também é sobre o retorno de

servidores que estão atuando em estados e municípios.

Um trabalho parlamentar busca sensibilizar deputados e senadores para a situação desses trabalhadores. Caso não retornem aos quadros da União, esses servidores correm o risco de ficar sem ter a quem se reportar. Outro risco é que eles caiam em situação de disponibilidade e percam suas atribuições.

Resultado está em investimento na Funasa

Para melhorar o atendimento aos povos indígenas o gover-

no não precisa aprovar o PL 3.968. Para a Condsef, o investimento na reestruturação da Funasa é o caminho óbvio. Ao invés de investir em mais cargos de DAS, o governo deveria promover a abertura de concursos, substituindo também os cerca de 14 mil terceirizados por servidores de carreira.

O Sindsep-MT e a Condsef defendem que a reestruturação da Funasa passe pela criação de um plano de carreira para o setor da Saúde e quem rema ainda o retorno das ações de vigilância em saúde para a Funasa. *Fonte: Condsef*

MP 441 é sancionada com 11 vetos

Foi convertida na Lei 11.907/08 a medida provisória 441, editada no dia 26 de agosto de 2008, e que trata da estruturação de 27 carreiras do Executivo Federal. O texto foi sancionado pelo Presidente da República com 11 vetos que são explicados na mensagem presidencial n° 48 de 2 de fevereiro de 2009.

Os vetos foram aplicados em mudanças que implicavam em aumento de despesa, ou feriam os dispositivos constitucionais que estabelecem competência exclusiva do presidente da República, ou ocorriam as duas situações ao mesmo tempo. Entre as atribuições exclusivas do presidente estão, por exemplo, nomear servidores, e definir as atribuições e as promoções em cargos e carreiras.

Uma situação de veto foi a interpretação de que a redução da jornada de trabalho dos médicos peritos do INSS (de 40h para 20h) contraria o interesse público prejudicando a prestação de um serviço essencial.

Vetos

Foram os seguintes os vetos e suas respectivas razões:

Artigos 28 e 30 – Propõe o enquadramento nas carreiras das agências reguladoras dos servidores do PCC e da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.

O conteúdo dos artigos, se mantidos, poderiam ser considerados inconstitucionais, uma vez que gerariam aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada ao Poder Executivo, além de permitir o ingresso de servidores numa carreira específica sem concurso público.

Artigo 30 §§ 1º e 2º – Mudança na nomenclatura da carreira de perito médico e transposição para Carreira de Médico Perito Previdenciário os cargos de Perito Médico da Previdência Social e os cargos de Supervisor Médico-Pericial da carreira de Supervisor Mé-

dico-Pericial.

Vetada porque não se pode propor a mesma remuneração e mesma nomenclatura para carreiras diferentes, com atribuições diferentes.

Artigo 35 §§ 1º e 2º – Estabelece carga horária de 20 horas para médicos peritos do INSS de acordo com a necessidade do órgão.

O veto é justificado porque contraria o artigo 19 da Lei 8112/90 – o ESTATUTO DO SERVIDOR – que estabelece carga horária de 40 horas para médico perito, além de vedar a redução de jornada. Além disso, o investimento na valorização da carreira com patamares elevados de remuneração e na profissionalização da carreira que este governo vem promovendo foi levado em conta.

Artigo 50 – Mudança nas regras de incorporação da gratificação GDAMP na aposentadoria, de direito dos servidores do INSS.

A emenda geraria aumento de despesa que só pode ser proposto pelo Presidente da República.

Artigo 257 – Pretendia transformar em cargos de Analista Tributário da Receita Federal os cargos oriundos da Secretaria de Receita Previdenciária e que foram transferidos para a Secretaria de Receita Federal.

Foi proposto o veto porque tais servidores não podem migrar para a carreira da Receita sem terem prestado concurso público além de não contarem com as mesmas atribuições aos da carreira de Analista Tributário. Por outro lado, se fosse aprovado o artigo a remuneração proposta seria bastante superior a atual, o que acarretaria aumento de despesas não previstas no orçamento.

Artigo 324 – Seriam incluídas automaticamente na carreira de Magistério Básico do Ensino Básico Técnico e Tecnológico os ocupantes de cargos

efetivos em Instituições Federais de Ensino vinculadas ou subordinadas ao Ministério da Defesa além dos docentes dos extintos territórios de Roraima, Rondônia, Amapá e Acre.

O veto ocorre devido a não estar claro na proposta quais os servidores abrangidos e pela transposição e nem a qual órgão eles passarão a estar vinculados.

Artigo 2º parágrafo 4º e Anexo CLXXV – Segundo o artigo aprovado pelo Congresso, os cargos de oficial de chancelaria serão distribuídos nas classes A, B, C e Especial. O parágrafo 4º do mesmo artigo estabelece que a distribuição deveria ocorrer na forma do Anexo CLXXV.

O veto foi proposto porque a redação adotada cria confusão normativa, dispende de maneira adversa sobre uma mesma matéria sendo assim contrária ao interesse público. Ainda de acordo com a avaliação apresentada no veto, a distribuição proposta no anexo não é a mais adequada e propõe que essa distribuição seja fixada por meio de decreto.

Artigo 155 parágrafo único – este artigo sofreu veto por repetir matéria já tratada nos artigos 149 e 150.

Artigo 325 – O Congresso sugeriu neste artigo a transposição de servidores de nível médio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) para carreira de nível superior sem considerar o que determina a Constituição Federal em seu art. 37, inciso II, § 2º sobre a forma de ingresso no serviço público. Além disso, essa transposição iria gerar aumento de despesas, o que contraria a LRF.

Artigos 327, 328 e Anexos CXXXV, CLXXVII e CLXXVIII – Alteração monetária nas tabelas das carreiras de Técnico de Laboratório do MAPA, Auxiliar de Laboratório, Agente de Inspeção Sanitária Industrial de Pro-

duto de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico em Saúde Pública da Carreira de Suporte Técnico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, Assistente Técnico de Gestão em Saúde da Carreira de Suporte Técnico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação.

O veto foi proposto porque com as modificações efetuadas foram gerados gastos adicionais não previstos no orçamento, o que torna as emendas inconstitucionais.

A nova Lei irá beneficiar 380.477 servidores do Executivo Federal, (191.910 ativos, 115.774 aposentados e 72.739 pensionistas). O impacto em 2009 será de R\$ 5,7 bilhões; 7,4 bilhões em 2010, 8,9 bilhões em 2011 e 9,1 bilhões nos anos seguintes quando estiver totalmente integralizada.

Compromissos

A Condsef encomendou estudo técnico à subseção do Dieese para analisar se os compromissos firmados foram assegurados. O Sindsep-MT também está com o departamento jurídico atento as dissonâncias possíveis. O próximo passo é dar agilidade na instalação dos grupos de trabalho (GT's) assegurados pelo governo para discutir reestruturação de carreiras. A Condsef e o Sindsep-MT também querem unir outras entidades para a luta em torno da Campanha Salarial 2009.

A unificação das ações será importante e dará mais chances para que os servidores alcancem seus objetivos. Este é um momento particularmente difícil para todos que querem impedir que o governo repactue prazos de reajustes já assegurados e celebrados com diversas entidades.

Algumas entidades estão sugerindo uma reunião no próximo dia 17, terça-feira, às 15 horas. O objetivo é construir um calendário de luta unificado. *(Fonte: Condsef)*

MP 431/08: Novas tabelas

De acordo com a SRH/MPlanejamento, a segunda alteração de tabelas remuneratórias da MP 431/08, convertida na Lei 11.784/08, já está implantada nos contracheques de janeiro para os servidores que integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE).

Trata-se, basicamente, de mudança na estrutura remuneratória. A partir deste mês, o Vencimento Básico passa a incorporar a GAE e a VPI, o que eleva o valor do anuênio nos três níveis. O efeito financeiro, na tabela, ocorre somente para os níveis intermediário e auxiliar.

Os aposentados de todos os níveis do PGPE passam a receber 50 pontos fixos da GDPGE. Já para os servidores da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST), a segunda alteração de tabelas será implantada no contracheque de fevereiro.

Tendo em vista que o PGPE e a CPST são os setores que mais apresentam defasagem salarial, sobretudo em relação aos novos concursados, o Sindsep defende que as tabelas de 2011 sejam antecipadas para 2009 e com elevação de valores do VB.

Confira abaixo as demais categorias incluídas na MP 431.

Estão incluídos na MP 431:

- Agentes de Combate às Endemias (Gacen)
- M.Cultura, IPHAN, Funarte, F.Palmares, FBN
- Hospital das Forças Armadas
- INCRA
- PGPE
- Seguridade Social (Previdência, Saúde e Trabalho)
- Administrativos da PF; Administrativos da PRF; Fiscais Federais Agropecuários; Agentes de Inspeção Sanitária de atividades agropecuárias e técnicos do quadro do MAPA; Policiais Rodoviários Federais; Professores das Instituições Federais de Ensino; Professores de Escolas Federais dos ensinos Básico, Técnico e Tecnológico (incluindo os dos ex-territórios da União); Técnicos Administrativos em Educação; e DENASUS

Fonte: EG 316

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção, CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT

Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: Thais Raeli - DRT 26 645/RJ

Tel.: (65) 8126-0123 E-mail: jornalista@gmail.com

Diagramação/Edição de Arte: Mario Pulcherio Filho - 9214-8099

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA (PRESIDENTE), ROOSEVEL MOTTA (VICE - PRESIDENTE), DAMASIO DE SOUZA PEREIRA (1º SECRETÁRIO), LUIZ MAURO EVANGELISTA (2º SECRETÁRIO), EDSON LUIZ DOS SANTOS (1º TESOUREIRO), IDIO NEMÉSIO DE BARROS NETO (2º TESOUREIRO), ADERBAL CASTRO QUEIROZ (1º SEC. ADM), ADELINO FERREIRA CAMPOS (2º SEC. ADM), MAURÍCIO ALVES RATTACASO JÚNIOR (1º SEC. FORM. SIND), IRACY OLIVEIRA FERREIRA (2º SEC. FORM. SIND), JAMIL OURIRES JÚNIOR (1º SEC. JURÍDICO), AMÉLIA ALVES SANTANA (2º SEC. JURÍDICO), IDEVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA (1º SEC. INTERIOR), ADELIO DA SILVA JÚNIOR (2º SEC. INTERIOR), MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES (1º SEC. IMPRENSA), ELIETE DOMINGOS DA COSTA (2º SEC. IMPRENSA), IZABEL SANTANA DA SILVA (1º SEC. APOS. E PENS), ENILDO GOMES (2º SEC. APOS. E PENS.), EDIVAN DA SILVA CAMPOS (1º SEC. ANIST. E DEMIT.), MANOEL ARNALDO DAS CHAGAS (2º SEC. ANIST. E DEMIT.), ROSINA DE ALMEIDA PAIVA (1º SEC. CULTURA), PATRÍCIO FERREIRA ORTIZ (2º SEC. CULTURA); **SUPLENTE PARA DIRETORIA EXECUTIVA:** SEBASTIÃO DE JESUS (1º), SAMUEL FERNANDES DE SOUZA (2º), FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO (3º), MIRTES BENEDITA RONDON (4º), FRED CEBALHO (5º), DONATO FERREIRA DA SILVA (6º); **CONSELHO FISCAL:** VALDEMAR RODRIGUES SILVA (1º), MANOEL JOÃO DA SILVA (2º), JUÁREZ JUSTINO DE BARROS (3º); **SUPLENTE:** JOÃO GALDINO (1º), ARCÍLIO DE BARROS FILHO (2º), JOSÉ GONZAGA DE FREITAS (3º)

Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT		33.710.088/0001-94 Período: 12/2008	
Receitas Brutas		DESPESAS COM CARTORIO	130,00 DB
(-) RESSARCIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO	588,24 DB	MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	320,00 DB
MIN PLANEJAMENTO	278,47 CR	LANCHES E REFEIÇÕES	155,69 DB
EXERCITO	7.888,46 CR	DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	415,01 DB
MIN EDUCACAO (MEC)	33,24 CR	DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	17,00 DB
MIN AGRICULTURA	6.987,83 CR	CORREIOS E POSTAGENS	47,80 DB
MIN FAZENDA	6.287,76 CR	CÓPIAS E REPRODUÇÕES	36,45 DB
MIN JUSTIÇA	69,49 CR	GREVE DNIT	340,52 DB
POLICIA FEDERAL	46,99 CR	MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARES	200,00 DB
MIN AERONAUTICA	89,35 CR	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	3.200,00 DB
MPAS/SAS	371,35 CR	PAGTOS GESTÃO ANTERIOR	3.457,35 DB
MIN SAUDE	429,97 CR	JORNAIS E REVISTAS	150,00 DB
D R T	1.487,70 CR	CUSTAS PROCESSUAIS	894,32 DB
CEFET/MT	180,83 CR	KENTEL PLUS ALARME	180,00 DB
U F M T	360,79 CR	CONDSEF	750,00 DB
FUNAI	13.313,05 CR	MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	40,00 DB
D N P M	70,52 CR	MENSALIDADE COPIADORA	300,00 DB
FUNASA	33.354,37 CR	COPIAS EXCESSO	847,50 DB
A N V S	86,16 CR	VIAGENS	7.226,92 DB
D N I T	1.100,13 CR	MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	70,00 DB
A G U	74,95 CR	JORNAL O COMPROMISSO	1.650,00 DB
IBAMA	1.606,55 CR	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.300,00 DB
MIN COMUNICAÇÕES	1.082,75 CR	DESPESAS NATAL	1.053,09 DB
INCRA	13.792,69 CR	CUT MT	500,00 DB
I B G E	90,59 CR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	10,00 DB
MIN TRANSPORTES	7.237,10 CR	CUT NACIONAL	1.500,00 DB
I N S S	1.995,91 CR	BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	750,00 DB
MIN MARINHA	272,16 CR	DESPESAS MANUTENÇÃO	147,74 DB
CONAB	1.954,24 CR	CURSO FORMAÇÃO SINDICAL	19.901,56 DB
D P R F	154,40 CR	CONFRATERNIZAÇÃO NATAL ORGÃOS	2.051,66 DB
M M E	188,40 CR	DEPOSITO RECURSAL MAURY JESUS	5.378,00 DB
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	281,54 CR		57.693,39 DB
(-) Deduções		(-) Despesas Gerais e Trabalhistas	
IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE	61,08 DB	SALÁRIOS	2.377,28 DB
RECEITA LÍQUIDA		ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	66,50 DB
SUPERÁVIT BRUTO	100.518,42 CR	13º SALÁRIO	11.005,55 DB
(-) Despesas Financeiras		FGTS	504,76 DB
TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	15,00 DB	INSS	2.818,26 DB
TAR SAQUE CONTRA RECIBO	23,00 DB	VALE TRANSPORTE	231,68 DB
SAQUE CONTRA RECIBO	2,00 DB	ASSISTÊNCIA MÉDICA	219,61 DB
(-) Despesas Administrativas		AJUDA ALIMENTAÇÃO	400,00 DB
TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	3.980,98 DB	PARCELAMENTO INSS	1.296,34 DB
ENERGIA ELÉTRICA	652,60 DB	ESTAGIARIA SETOR JURIDICO	927,70 DB
ÁGUA E ESGOTO	39,20 DB	AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	5.442,10 DB
		AJUDA DE CUSTO DIRETORES	1.200,00 DB
		GRATIFICAÇÃO COMISSIONADA	1.535,00 DB
			28.024,78 DB
MARIA DE JESUS DA SILVA CONTABILISTA C.R.C. : MT-009536-O-4 / C.P.F. : 766.765.601-00		CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA PRESIDENTE R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53	
SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338			

Demonstração do Resultado ANUAL SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT		33.710.088/0001-94 Período: 01/2008 a 12/2008	
Receitas Brutas		PAGTOS GESTÃO ANTERIOR	3.535,77 DB
(-) RESSARCIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO	3.071,56 DB	JORNAIS E REVISTAS	665,00 DB
MIN PLANEJAMENTO	2.084,09 CR	DESPESAS DE CONSUMO	1.047,05 DB
EXERCITO	43.966,29 CR	CUSTAS PROCESSUAIS	1.878,42 DB
MIN EDUCACAO (MEC)	193,92 CR	KENTEL PLUS ALARME	2.160,00 DB
MIN AGRICULTURA	46.684,59 CR	CONCERTOS E REFORMAS	302,22 DB
MIN FAZENDA	35.848,86 CR	CONDSEF	9.000,00 DB
MIN JUSTIÇA	433,89 CR	MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	479,89 DB
POLICIA FEDERAL	312,30 CR	MENSALIDADE COPIADORA	3.776,60 DB
MIN AERONAUTICA	998,42 CR	COPIAS EXCESSO	2.801,51 DB
MPAS/SAS	2.366,50 CR	REUNIÃO INTERIOR ESTADO MT	60,00 DB
MIN SAUDE	2.165,59 CR	HUMO CONS E TREINAMENTO S/C	2.000,00 DB
D R T	7.635,81 CR	VIAGENS	58.318,52 DB
CEFET/MT	1.127,09 CR	MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	859,88 DB
U F M T	3.129,66 CR	JORNAL O COMPROMISSO	13.110,00 DB
FUNAI	64.235,25 CR	ACORDO JUDICIAL	34.000,00 DB
M M E	734,39 CR	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	13.500,00 DB
D N P M	373,24 CR	DESPESAS NATAL	1.053,09 DB
FUNASA	190.825,39 CR	CUT MT	1.520,00 DB
A N V S	439,71 CR	DEPARTAMENTO JURIDICO	210,00 DB
D N I T	6.308,27 CR	AJUDA DE CUSTO	3.094,59 DB
A G U	406,28 CR	RETORNO ANISTIADOS ALMOÇO	268,22 DB
IBAMA	10.488,90 CR	REUNIÃO DIRETORIA 16/02/2008	2.078,67 DB
MIN COMUNICAÇÕES	7.297,37 CR	SEGURO VEICULO	1.177,55 DB
INCRA	88.250,84 CR	DESPESAS COM SEGUROS	27,50 DB
I B G E	514,48 CR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	132,00 DB
MIN TRANSPORTES	52.753,14 CR	DESPESAS COM SITE (INTERNET)	1.330,00 DB
I N S S	11.512,67 CR	CUT NACIONAL	13.508,75 DB
MIN MARINHA	1.508,47 CR	1º ENCONTRO MELHOR IDADE 25/04/2008	3.749,72 DB
CONAB	13.703,94 CR	DESPESAS COM SERVIDOR APOSENTADO	120,00 DB
D P R F	1.159,73 CR	DESPESAS DIA DA MÃES	165,00 DB
M M E	649,46 CR	DESPESAS COM RECADASTRAMENTO MP	484,14 DB
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	1.910,50 CR	PAGTO EMPRESTIMO	34.000,00 DB
ESTORNO DE TARIFA	26,10 CR	BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	5.365,30 DB
EMPRESTIMO EM DINHEIRO	34.000,00 CR	ASNAB ASSOC NAC EMPREG CONAB	603,94 DB
(-) Deduções		DESPESAS MANUTENÇÃO	612,94 DB
IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE	326,85 DB	MARCHA MST NOS DIAS 05 A 13/06/08	270,00 DB
IPTU	197,35 DB	FESTA RETORNO ANISTIADOS	330,00 DB
RECEITA LÍQUIDA	630.449,38 CR	REUNIÃO DIRETORIA DIA 26/07/2008	1.652,68 DB
SUPERÁVIT BRUTO	630.449,38 CR	VIAGEM NORTÃO PARA RET DELEGADOS	6.558,96 DB
(-) Despesas Financeiras		DEPARTAMENTO JORNALISMO	80,00 DB
TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	200,00 DB	DOAÇÃO MAT. HOSPITALAR E MEDICAMENTOS	32,97 DB
CPMF	31,89 DB	PROJETO ARQUITETURA	750,00 DB
JUROS BANCÁRIOS/IOC	21,40 DB	CURSO FORMAÇÃO SINDICAL	36.221,80 DB
JUROS S/ DESCONTO DE TÍTULOS	60,00 DB	MIN FAZENDA PREMIO FUNC PADRÃO	1.000,00 DB
TARIFAS BANCARIAS	84,70 DB	ASSOC SERVIDORES DRT MT	400,00 DB
TAR SAQUE CONTRA RECIBO	65,70 DB	DESP MANIFESTAÇÃO GRU	60,00 DB
JUROS BOLETOS BANCARIOS	65,51 DB	CONFRATERNIZAÇÃO NATAL ORGÃOS	2.051,66 DB
TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS	186,00 DB	DEPOSITO RECURSAL MAURY JESUS	5.378,00 DB
SAQUE CONTRA RECIBO	4,00 DB	(-) Despesas Gerais e Trabalhistas	
JUROS EMPRESTIMO	1.750,00 DB	SALÁRIOS	27.580,26 DB
(-) Despesas Administrativas		HORAS EXTRAS	467,11 DB
MATERIAIS DE LIMPEZA	1.131,54 DB	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	266,00 DB
PRESTAÇÃO SERVIÇOS LIMPEZA	160,00 DB	FÉRIAS + 1/3	908,05 DB
TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	29.867,59 DB	13º SALÁRIO	11.005,55 DB
ENERGIA ELÉTRICA	5.560,11 DB	GRATIFICAÇÕES	1.700,00 DB
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	25.225,00 DB	FGTS	3.048,29 DB
PRIMEIROS SOCORROS MEDICAMENTOS	177,58 DB	INSS	13.979,93 DB
ÁGUA E ESGOTO	606,92 DB	VALE TRANSPORTE	4.831,98 DB
INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO REDE INFORMATICA	600,00 DB	ASSISTÊNCIA MÉDICA	951,33 DB
MANUTENÇÃO REDE ELÉTRICA	129,50 DB	DEBITO BLOQ JUDICIAL	16.796,57 DB
DESPESAS COM CARTORIO	585,70 DB	AJUDA ALIMENTAÇÃO	2.500,00 DB
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	4.165,84 DB	PARCELAMENTO INSS	9.721,16 DB
LANCHES E REFEIÇÕES	2.050,52 DB	PARCELAMENTO FGTS	5.415,95 DB
DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	6.745,88 DB	CUSTAS PROCESSUAIS	564,69 DB
MANUTENÇÃO DE VEICULO	2.100,00 DB	ESTAGIARIA SETOR JURIDICO	8.083,10 DB
DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	135,50 DB	AJUDA CUSTO MANOEL ARNALDO	1.000,00 DB
MATERIAIS DE INFORMATICA	830,06 DB	AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	58.340,70 DB
CORREIOS E POSTAGENS	855,00 DB	ACORDO JUDICIAL MARIA MARINA	6.000,00 DB
CÓPIAS E REPRODUÇÕES	1.270,72 DB	ACORDO JUDICIAL IDINETE DOURADOS	7.000,00 DB
GREVE DNIT	4.994,09 DB	DEPOSITO RECURSAL FRANCISCO MARCIO	4.993,78 DB
MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SOFTWARES	900,00 DB	CUSTAS PROCESSUAIS FRANCISCO MARCIO	4.993,78 DB
MANUTENÇÃO LINHAS TELEFONICAS	40,00 DB	DEPOSITO RECURSAL	4.993,78 DB
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	33.750,00 DB	AJUDA DE CUSTO DIRETORES	9.400,00 DB
DESPESAS TAXI	103,00 DB	INSS PAGTO GESTÃO ANTERIOR	4.871,32 DB
SERVICIOS LIMPEZA	54,06 DB	GRATIFICAÇÃO COMISSIONADA	6.635,00 DB
			212.025,07 DB
MARIA DE JESUS DA SILVA CONTABILISTA C.R.C. : MT-009536-O-4 / C.P.F. : 766.765.601-00		CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA PRESIDENTE R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53	
SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338			

PCCS da Conab volta para discussão

Thaís Raeli
Da Reportagem

Depois de 18 anos no esquecimento, o Plano de Cargo, Carreira e Salários (PCCS) dos servidores da Conab volta à tona em todo o Brasil. A diretora da Asnab Nacional, Jô Queiroz, a convite do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), esteve em Cuiabá, na sexta-feira (30 de janeiro), quando consolidaram a parceria entre Sindsep-MT, Asnab, Condsef e CUT.

De manhã houve uma reunião da sede do sindicato e de tarde no auditório da Conab, com a presença do presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, do departamento jurí-

dico do sindicato, além da participação do presidente da CUT-MT, Júlio César Martins Viana, do superintendente da Conab, Ovídio Costa Miranda, e mais a representante da Asnab de Mato Grosso, Jussara Zambonini e da representante nacional da Comissão dos Anistiados de MT, Joacira Santana.

Os cinquenta servidores presentes pontuaram suas dúvidas, e as perguntas mais frequentes foram sobre o PCCS. Para Jô Queiroz, é importante as parcerias entre as entidades e também muito importante que mais trabalhadores se aproximem da luta através da Asnab e do Sindsep-MT para que se tenha força nas bandeiras.

O superintendente disse que a Conab enfrenta o problema com a evasão de profissionais devido o baixo salário. "Tam-



Carlos Alberto de Almeida, presidente do Sindsep-MT e Jô Queiroz, diretora da Asnab

bém tenho interesse nessas discussões como funcionário de carreira. Achei uma reunião extremamente positiva porque atendeu os anseios do corpo funcional no que diz respeito aos informes da categoria".

Para Carlos, presidente do sindicato, se o Ministério do Planejamento sinalizar desfavorável ao plano, o Sindsep-MT não medirá esforços para o apoio logístico de uma possível paralisação da categoria. Segundo

Joacira Santana, com os informes e os esclarecimentos a classe se mostrou otimista e novos servidores vão aderir o movimento das entidades.

Apoio político

A diretora da Asnab, Jô Queiroz, citou que é importante a captação de apoios políticos e de entidades de classe para aprovação do novo PCCS/CONAB. Jô tem participado de uma série de reuniões pelo Brasil e em todas, ela aproveita o momento para amarrar o apoio para a aprovação do Projeto de Lei 372/208, de autoria do Senador Lobão Filho que viabiliza a reabertura dos trabalhos da CEI (Comissão Especial Interministerial) – Lei 5115, que trata do retorno dos anistiados cujos casos ainda não foram analisados.

Servidores federais marcam presença no FSM

Em meio às discussões da crise econômica de 2009, o Fórum Social Mundial pontuou críticas as demissões e aos cortes na máquina pública que poderiam atingir o PCCS dos trabalhadores federais. Para o diretor da Condsef, Sérgio Ronaldo, a caminhada debaixo de chuva que aconteceu no primeiro dia e o debate sobre o futuro dos trabalhadores da União foram alguns momentos marcantes.

Durante uma semana em Belém (PA), o Fórum Social Mundial (FSM), mais importante evento de mobilização social do mundo, dirigentes da Condsef voltaram a Brasília, na segunda-feira, 2 de fevereiro, de olho no calendário da Esplanada dos Ministérios. Entre as diversas pendências da pauta está a sanção da medida provisória (MP) 441. O prazo técnico limite para que o presidente Lula assine a MP é até a segunda semana de fevereiro.

A Condsef cobra também data para reunião com os servidores do Dnit que aconteceria na semana passada, mas foi cancelada sem justificativa aceitável. A confirmação para implantação de reajustes negociados é outro objeto de cobrança. A entidade



não aceitará a renegociação de prazos, como o secretário de Recursos Humanos revelou ser interesse do governo na semana passada.

Campanha Salarial 2009

Com o discurso de fortalecer a unidade entre os servidores após o FSM, a Condsef segue preparando o lançamento da Campanha Salarial 2009 de sua base. A idéia é reunir diversas entidades em torno da luta da

categoria e ao longo do ano defender bandeiras como reajustes nos auxílios-alimentação, creche e melhora de contrapartida nos planos de saúde que atendem os servidores e suas famílias. A defesa para aprovação da Convenção 151 (OIT) que regulamenta a negociação coletiva no setor público também é centro da pauta. A defesa da paridade com integralidade entre ativos e aposentados e a luta contra a política de desmonte que vem sendo implantada pelo governo Lula são outros destaques.

Segundo Sérgio Ronaldo, a perspectiva é que seja lançada uma campanha unificada entre os três poderes. Executivo, Legislativo e Judiciário, já na segunda quinzena de março.

Congresso

No dia 2 de fevereiro foram definidos os novos presidentes da Câmara dos Deputados (Michel Temer-PMDB) e Senado (José Sarney-PMDB). Com isso, a Condsef encaminha ofício aos novos líderes solicitando audiência para tratar de projetos de interesse dos servidores que tramitam no Congresso Nacional. A Condsef continua a realizar este ano trabalho parlamentar para buscar apoio de deputados e senadores em torno de causas importantes para o setor público.

Um outro serviço público é possível

Embalada pela troca de experiências acumulada no FSM, a Condsef vai continuar acompanhando a agenda do movimento. Ativistas de diferentes vertentes provaram que a união dos trabalhadores do mundo pode reverter os efeitos perversos

da crise econômica provocada por novo colapso do capitalismo. Assim também, a união dos servidores pode ajudar na construção de um outro serviço público para o Brasil e os brasileiros.

Entre as resoluções mais marcantes do Fórum está a realização de ações ao redor do mundo em favor de questões como direitos humanos, meio ambiente, direito dos povos entre outros. A Condsef vai acompanhar as decisões que começam a ser tomadas a partir de março. A entidade estará participando ativamente da construção deste novo mundo que mais de 120 mil pessoas de 150 países provaram ser possível erguer.

Em 2010, o FSM será realizado com vários encontros ao redor do mundo. Em 2011, ele volta a concentrar todas as entidades e regiões num só local que ainda não foi definido. A África do Sul está entre as candidatas para sediar o evento que também pode ser transferido para a Ásia. Outra possibilidade é a realização no México, em alguma área da fronteira com os Estados Unidos.

Fonte: Condsef

Geap: Servidores vão à Justiça

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) alerta seus filiados para os aumentos da Geap. A assessoria jurídica da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público (Condsef) está trabalhando para solicitar na Justiça a anulação de aumentos anunciados pela Geap para planos de saúde que atendem grande parte dos servidores do Executivo Federal.

As novas regras aprovadas no conselho adminis-

trativo da Geap estão sendo aplicadas na medida em que os planos são renovados nos ministérios. Muitos servidores vêm denunciando os aumentos considerados abusivos. Planos onde um servidor pagava em média R\$ 200 passaram a R\$ 700, tornando inviável para muitos a permanência na Geap.

A orientação aos trabalhadores é para que tenham cautela e não alterem seu plano de saúde até que uma decisão jurídica seja tomada. O objetivo é

reverter esse quadro. Para isso, a Condsef cobra a convocação de uma reunião solicitada desde ano passado no Ministério do Planejamento. Um dos argumentos que será levado pela Condsef ao Planejamento é o caráter dos planos de saúde como a Geap, que atua em regime de coparticipação. Pelas regras, essas instituições não podem atuar visando lucro. Portanto, os reajustes abusivos não se justificariam.

Fonte: Jornal de Brasília

GT do MTE apresenta proposta de carreira que Lupi se comprometeu a defender

A Condsef participou, nesta terça-feira, 3 de fevereiro, da reunião que apresentou o resultado final do grupo de trabalho (GT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Representantes de três entidades e do governo mostraram ao ministro Carlos Lupi a proposta de carreira construída em consenso com a categoria. Lupi se

comprometeu a defender a aprovação do projeto que segue agora para o Ministério do Planejamento. O Sindsep-MT junto com a Condsef vão cobrar o empenho do ministro para que o plano de carreira do MTE finalmente se consolide e se transforme em lei.

O Sindsep-MT e a Condsef querem a instalação de outros GT's ne-

gociados e assegurados pelo governo para tratar da reestruturação de carreira de diversos setores. O objetivo é que todos os GT's sejam instalados ainda este mês para que as negociações gerem propostas construídas em conjunto com representantes dos trabalhadores como a apresentada hoje ao ministro Lupi. (Fonte: Condsef)